

Marca da Confiança

Pelo voto de 106 milhões de eleitores o Brasil decidiu, mediante maioria absoluta no primeiro turno, a sucessão presidencial: deu ao presidente Fernando Henrique a confiança para acelerar no segundo mandato consecutivo o programa de governo que não se completou no primeiro.

A eleição presidencial e dos governadores de estado, juntamente com a renovação da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas e um terço do Senado, exibiu o toque de maturidade política que precedeu de um dia a passagem do 10º aniversário da Constituição. As duas datas atestam a maioria democrática brasileira no transcurso do processo eleitoral e no reconhecimento da necessidade de ampla e profunda transformação do horizonte constitucional, com a inadiável substituição da herança passada pela modernização como passaporte para o novo século.

A vontade de 106 milhões de brasileiros, filtrada nas urnas, marcou o espetáculo cívico cuja sobriedade coletiva traduziu respeito às normas eleitorais. A abstenção restrita a 14 milhões de eleitores (13,65% do eleitorado) autoriza rebater a alegação de desinteresse popular pela campanha. Ao contrário de refletir frieza, a participação da sociedade introduziu o profundo sentido de normalidade que realimenta a credibilidade democrática. A adiantada informatização do processo eleitoral encurtou a distância rumo ao futuro, com a eliminação da suspeita na lenta apuração manual das urnas, e extinguiu a contestação de resultados eleitorais.

A própria reeleição foi retardada durante um século de vida republicana pela desconfiança, mas acabou reconhecida – na expressão do historiador José Murilo de Carvalho – como direito do eleitor e não privilégio de governantes. O resultado da reeleição de apenas seis governadores no primeiro turno, entre duas dezenas de candidatos, desautoriza a prevenção.

Não se pode falar em frieza diante do comparecimento maciço, sem precedente, apesar das restrições da própria legislação eleitoral à liberdade de imprensa, a pretexto de garantir a inverossímil igualdade de candidatos tão diferentes em peso representativo. Liquidar as reformas pendentes no final desta legislatura e inaugurar o novo mandato com as reformas políticas, com a abolição do voto obrigatório que é mais um elo do passado, é a meta imediata.

A reeleição de Fernando Henrique confere-lhe mandato claro, assegura-lhe autoridade necessária para implementar o duro programa de ajuste econômico esboçado antes da vitória. Mas não equivale a um cheque em branco.

O eleitor disse claramente que aceita remédios amargos – se indispensáveis – mas espera que o governo reduza as suas despesas. O gradualismo não pode mais servir de pretexto a tergiversações. O recado das urnas foi pela continuidade, a previsibilidade, o pragmatismo. Mas não pela contemporização. É preciso agir rápido.

O pleito de 1998 abriu novo horizonte ao

debate político, com temas de grande importância, como a decisão sobre o tamanho do Estado. As discussões suscitadas pelas reformas previdenciária, administrativa, fiscal – e pelas privatizações – sensibilizaram o cidadão para o fato de que o Estado só pode ter o tamanho do volume de recursos que a sociedade estiver disposta a pagar. E isso não apenas em relação à União, mas também no que diz respeito aos estados e municípios, que terão responsabilidades fiscais compartilhadas, atribuições redefinidas e cotas de sacrifícios cada vez mais duras.

A reforma política não pode mais ser protelada. A adoção do voto distrital misto, da fidelidade partidária, do financiamento público das campanhas, do voto facultativo, a reavaliação da regra de representação por unidade da federação e o fim da imunidade parlamentar para crime comum aperfeiçoariam consideravelmente a representatividade política no Brasil. O país não pode continuar refazendo a lei eleitoral a cada eleição – é preciso ter uma lei eleitoral definitiva.

A reeleição de Fernando Henrique foi um alívio, tanto no Brasil quanto no exterior. O eleitor optou pelo presidente em primeiro turno, dando-lhe condições políticas de fechar o pacto de suporte financeiro no exterior. A população quer manter a estabilidade da moeda e o processo de modernização da economia. Para isso espera que o governo defina cortes nas despesas públicas para assegurar superávit primário equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas públicas do ano que vem. Mas sem envolver aumento de impostos.

Torna-se urgente a montagem de novo pacto de solidariedade entre a União, os estados e os municípios. É preciso redistribuir a receita e os encargos na prestação dos serviços à população com o montante arrecadado em impostos nos três níveis de governo. O corte nos gastos deve começar pela austeridade e pela eficiência na gestão do dinheiro dos impostos. Quanto mais rápida e precisa a cirurgia nas despesas que fazem do endividamento bola de neve, menores serão os efeitos da crise para o Brasil.

Um ajuste fiscal definitivo é a chave para destravar a equação juros altos e câmbio contido que condenou o setor privado a uma taxa de crescimento modesta quando a economia mundial não estava em crise. Com a necessidade de jogar os juros nas alturas para defender o real, essa política empurrou o país para perigosa recessão que ameaça transformar-se em depressão. São sintomáticas a queda dos índices de inflação pelo terceiro mês seguido em São Paulo e a forte contração na produção e no consumo.

É preciso destravar o quanto antes a porção mais produtiva e eficiente do Brasil – o setor privado, que investe, paga impostos e cria empregos – para que a nação abrevie seu sacrifício. O ajuste rápido do setor público abrirá espaço para baixar os juros e flexibilizar o câmbio mais adiante, num ambiente de estabilidade interna e externa.